

PRINCÍPIO DO JUIZ NATURAL

Dr. José Rubens Costa ()*

A jurisdição, poder estatal, é, em si, abstrata. O poder é uno e indivisível. O exercício da jurisdição, entretanto, realiza-se por meios de órgãos jurisdicionais, juizes ou tribunais, em que pessoas são investidas do poder. À pessoa investida da jurisdição denomina-se juiz natural (= *giudici naturali, gesetzliche Richter, independent and impartial judge*).

Pelo princípio, não mais se visualiza o poder abstratamente considerado, mas pela pessoa, natural, nele investida. Corporifica a exclusividade da jurisdição do Poder Judiciário (art. 5º, XXXV, CF), ao mesmo tempo em que representa garantia da independência funcional dos juizes (art. 95, I, II e III, CF; Unabhängigkeit des Richter, BVerfGE 3, 377/381), que, somados, realizam a garantia constitucional do cidadão. Titular do direito ao juiz natural são as partes em litígio, pessoas físicas e jurídicas (BVerfGE 18, 441/447), pessoas morais e órgão investidos de jurisdição. O direito ao juiz natural é expressão, necessária, da segurança jurídica do enunciado do Estado de Direito (art. 1º, CF; BVerfGE 17, 294/298, 40, 356/361).

A razão básica do princípio é assegurar o julgamento pelo juiz natural, ou seja, pela pessoa natural a quem a ação foi entregue. Em outras palavras, fixada a competência de órgão judiciário, o juiz natural nele investido não pode ser afastado da condução e julgamento do processo (= *Niemand darf seinem gesetzlichen Richter entzogen werden, Artikel 101, GG*). Com as naturais exceções, a perda da jurisdição pela morte, aposentadoria, licença. O afastamento da jurisdição pelo impedimento ou suspeição. Alterações da competência, prorrogação ou desaforamento. Tudo por previsão estrita da lei.

Como regra de exclusão, o princípio veda o julgamento por juizes ou tribunais de exceção (art. 5º, XXXVII, CF), mesmo se instituídos pelo Estado, o

(*) Professor e Doutor em Direito pela Faculdade de Direito da UFMG. Pós-doutorado em Direito Constitucional e Processual Civil, respectivamente, nas Universidade Livre e Técnica de Berlim, na qualidade de bolsista da Alexander von Humboldt-Stiftung.

que, comumente, ocorre em períodos falhos da democracia, conhecidos os juizes de exceção na França, criados pelos colaboracionistas com o regime nazista, e, assim, os fascistas, na Itália de Mussolini, e os nazistas alemães. No período ditatorial brasileiro, em vez de criar, propriamente, tribunal de exceção, houve violenta pressão para afastamento dos ministros do Supremo Tribunal Federal que às “-regras” militares se opunham, e nomeação de ministros simpáticos ao regime.

O enunciado juiz natural não se opõe, por outro lado, à especialização da jurisdição, juizes e tribunais especializados (= *jurisdição constitucional, especial, eleitoral, trabalhista, militar, comum, agrária, juizados especiais*).

O principio do juiz natural identifica a pessoa do juiz. Como o juiz, além da jurisdição, deve ser o competente, o principio do juiz natural também se deduz da garantia do *juiz competente* (art. 5º, LIII, CF). A dicção, referida a *autoridade competente*, não deve, todavia, conduzir à interpretação de *autoridade natural*, com indicação de autoridade ou órgão administrativo, porque a garantia do julgamento por juiz natural corresponde ao julgamento pelo Poder Judiciário. Autoridade competente não expressa o principio do juiz natural, mas apenas simples atribuição administrativa de competência, parecida, mas não igual, senão completamente diversa, do exercício do poder.

O principio do juiz natural se deduz da configuração do poder, pessoa natural investida de jurisdição (arts. 2º, 92 e seguintes, CF), implicando, assim, as garantias constitucionais da vitaliciedade e inamovibilidade (art. 95, I e II, CF). A garantia da inamovibilidade se refere à defesa ou à garantia do cidadão de ser julgado pelo juiz natural, a quem distribuída a ação, porque, então, competente (arts. 251, 253, 263, 219, CPC). Afastar o juiz *natural*, e competente, da causa que lhe tenha sido atribuída, por exclusividade ou distribuição, implicaria considerar o *outro juiz*, mesmo se investido de jurisdição e dotado de competência, *juiz ou tribunal de exceção*. Daí a consequência do principio na regra processual da *perpetuatio iurisdictionis* (art. 87, CPC; art. 10, Declaração Universal dos Direitos do Homem, 1948, “*Everyone is entitled in full equality to a fair and public hearing by an independent and impartial and of any criminal charge against him*”).

Violação da garantia seria outorgar o julgamento da ação a juiz escolhido *post factum, ad hoc und ad personam*, para julgamento de causa específica (BVerfGE 82, 159/194). A garantia do juiz natural perderia, na escolha ou nomeação posterior, o caráter de abstração do ordenamento judiciário, *que impede que a escolha dos juizes seja feita ad personam* (Frederico Marques).

Traduzindo o principio do juiz natural *expressão do poder*, impede a representação ou substituição por outrem, juiz ou não. O poder é, por definição,

indelegável (art. 2º, CF; na CF, 1967/69, havia norma expressa, art. 6º, parágrafo único, reproduzida em algumas Constituições estaduais, v. g., a de Minas, art. 6º, parágrafo único).

Vincula-se, outrossim, o principio do *juiz natural* à unidade ou exclusividade da jurisdição, isto é, prestação da jurisdição exclusivamente pelo órgãos (= *juizes e tribunais*) do Poder Judiciário. Como sempre, a norma jurídica, mesmo constitucional, possui exceções, possível a atuação de *juiz leigo* em composição com juiz togado (= *natural*), previsão dos juizados especiais (art. 98, I, CF). Todos, entretanto, juizes togados ou leigos, com prévio poder de julgar derivado da Constituição (= *juiz constitucional*), funções de poder que a Constituição delimitou.

Somente se admite *função jurisdicional exercida pelos órgãos* (= *juizes naturais*) *aos quais tenha sido delegada constitucionalmente* (Seabra Fagundes). Na origem, violava a garantia a nomeação de juiz pelo Executivo (*Kabinettsjustiz*, BVerfGE 4, 412/416). Hodiernamente, não (BVerfGE 18, 423/426, *Keine Entziehung ist die Ernennung und Besoldung der Richter durch die Exekutive*). Há nomeações como a dos Ministros do Supremo Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Federal.

-III-